



II ENCONTRO SOBRE ARQUIVOS DE GOIÁS

“Preservação e difusão dos documentos arquivísticos digitais”

Promoção e Realização:

Associação de Arquivologia do Estado de Goiás - AAG

Centro de Informação, Documentação e Arquivo – Cidarq/UFG

2016

APRESENTAÇÃO

O II Encontro sobre Arquivos de Goiás, realizado no período de 04 a 06 de outubro de 2016, em Goiânia, contou com cerca de 150 profissionais da área de arquivologia e áreas afins abordando o tema “*preservação e difusão dos documentos arquivísticos digitais*”, promovendo a discussão de questões atuais relacionadas aos documentos arquivísticos digitais e sua preservação como forma de garantir o acesso as informações públicas e a transparência do Estado.

A Carta de Propostas do II Encontro foi produzida com as propostas aprovadas na plenária final do evento, elaboradas ao longo dos trabalhos pelos participantes e sistematizadas pela coordenação do evento. A Carta deverá ter ampla divulgação para os profissionais da área e para as autoridades do Estado e dos Municípios de Goiás a fim de contribuir com a valorização e a implementação de ações arquivísticas pautadas em conhecimento técnico-científico. De acordo com a decisão da plenária, a Carta de Propostas do I Encontro sobre Arquivos de Goiás deverá ser encaminhada junto com a Carta da II Encontro.

A Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG) e o Centro de Informação, Documentação e Arquivo da Universidade Federal de Goiás (Cidarq/UFG) consideram que o evento cumpriu o seu objetivo de congregar e capacitar profissionais e que cumpriram sua missão de instituições fomentadoras do desenvolvimento da Arquivologia e dos arquivos no Estado de Goiás. Assim, apresentam as propostas aprovadas pelos profissionais do II Encontro sobre Arquivos de Goiás.

1 - Criação do Arquivo Público do Estado de Goiás

1.1 - Reivindicar, novamente, junto ao Governo do Estado de Goiás a criação de uma instituição arquivística pública capaz de cumprir sua função de gestora dos documentos



do Estado, bem como sua função social e cultural de democratização do acesso à informação pública e instrumento de memória e história.

1.2 - Criar uma campanha por intermédio da AAG em parceria com instituições congêneres como Associações da área de História (ANPUH), Biblioteconomia e Museologia para explorar o tema.

2 - Criação de Arquivos Públicos Municipais

2.1 - Solicitar ao Governo do Estado que seja articulado junto aos municípios goianos visando a criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais.

2.2 - Criar uma rede de comunicação entre a AAG e prefeituras e secretarias municipais de cultura.

3 - Criação do Curso de Arquivologia em instituição federal ou estadual

3.1 - Promover campanha, por meio da AAG, para a criação do curso em instituição pública.

4 - Criação de um polo, na UFG, para disseminação do conhecimento sobre documentos digitais

4.1 - Fomentar junto a UFG a criação de um polo de disseminação do conhecimento sobre documentos digitais, particularmente, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), um repositório confiável de documentos arquivísticos, Archivematica e um software de acesso, AtoM.



5 - Criação de um grupo de trabalho para sistematizar metodologia de diagnóstico

5.1 - Criar um grupo de trabalho de caráter provisório e de ampla participação, por intermédio da AAG, para sistematização de metodologia de diagnóstico dos arquivos públicos de Goiás para posterior execução em cada município/região do Estado.

Carta de Propostas do I Encontro sobre Arquivos de Goiás

O I Encontro sobre Arquivos em Goiás, realizado no período de 29 a 31 de outubro de 2014, em Goiânia, contou com cerca de 140 profissionais atuantes neste Estado, servidores de órgãos federais, estaduais, municipais e empresas privadas, que contribuíram com suas experiências e participaram da elaboração desta Carta de Propostas, comprovando o valioso trabalho que tem sido desenvolvido. Aponta, também, para a necessidade de implementar ações e políticas públicas que respaldem e garantam a qualidade e a eficiência dos serviços arquivísticos no Estado e nos municípios de Goiás.

Este evento demonstrou a importância dos arquivos para o desenvolvimento institucional e para a história e a memória local. Essa Carta tem como objetivo corroborar para a realização de outros encontros dessa natureza e contribuir para a valorização e a implementação de ações arquivística pautadas em conhecimento técnico-científico, de acordo com os anseios dos profissionais da área.

Na certeza de termos atingido os objetivos do evento e de termos cumprido com a nossa missão de instituições fomentadoras do desenvolvimento da Arquivologia e dos arquivos do nosso Estado, a Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) apresentam as reivindicações aprovadas pelos profissionais participantes do I Encontro sobre Arquivos de Goiás.

I- CRIAÇÃO DE ARQUIVOS PÚBLICOS

Para cumprir o que determina a Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, no que se refere ao Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, o Estado e os municípios devem fomentar a criação de instituições responsáveis pelos arquivos públicos:

- Criação do Arquivo Público do Estado de Goiás, vinculado à Casa Civil, com competência legal para a gestão, preservação e acesso aos documentos

públicos, incorporando as funções da Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) e do Arquivo Histórico de Goiás.

- Criação de Arquivos Públicos ou Departamento de Arquivos nos municípios, vinculados às prefeituras ou gabinete civil, com competência legal para a gestão, preservação e acesso aos documentos públicos.
- Formação de rede de arquivos públicos no Estado de Goiás, promovendo o mapeamento das instituições e acervos arquivísticos, com o objetivo de disseminação de informações entre os profissionais.
- Manutenção dos acervos públicos estadual e municipais em seus domicílios e reintegração dos acervos que tenham sido transferidos para outras localidades.

II- LEGISLAÇÃO

Marcos legais são essenciais para garantir os direitos dos cidadãos e responsabilidade dos governos estadual e municipais:

- Garantir que nos arquivos públicos, estadual e municipais, sejam criadas comissões permanentes de avaliação de documentos, assegurando a presença de um representante da sociedade civil, como forma de garantir a participação social e a transparência das organizações públicas.
- Criação de lei que estabeleça percentual do orçamento do Estado e dos municípios específico para área de arquivo, abrangendo as edificações e procedimentos técnicos.
- Promulgação de decreto que regulamente a Lei nº 16.226/2008 e crie o Sistema Integrado de Arquivos -SIARQ, que será responsável pela elaboração de diretrizes para tratamento dos arquivos públicos, estadual e municipal, bem como a declaração de documentos privados como de interesse público e social, de acordo com a Lei Federal nº8.159/1991, tendo o Arquivo Público do Estado de Goiás como gestor do Sistema.

→ Criação de uma lei que garanta a realização de concursos públicos no Estado e nos municípios para locação de arquivistas e profissionais de áreas afins com qualificação em arquivo.

III- FINANCIAMENTO E FOMENTO

O Estado e os municípios devem alocar recursos financeiros específicos para a organização, preservação e acesso de documentos arquivísticos, elaborando editais de fomento:

→ Fundo específico de financiamento por meio de editais direcionados para acervos arquivísticos, abrangendo as edificações e procedimentos técnicos.

IV- FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

A qualificação e a capacitação de profissionais são imprescindíveis para o desenvolvimento da área de Arquivologia e a realização de atividades técnico-científicas:

- Criação do Curso de Graduação em Arquivologia em uma universidade pública.
- Criação do Curso de Técnico de Arquivo em uma instituição pública.
- Proposição, ao Estado e aos municípios de Goiás, de realização de cursos para todos os servidores lotados nos arquivos.
- Promoção de cursos de capacitação, mini cursos, cursos *on line*, treinamentos e palestras, pela AAG.

V- DIVULGAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Uma das funções dos arquivos é possibilitar o acesso às informações por parte da sociedade garantindo pesquisa retrospectiva:

- Criação de agenda junto aos meios de comunicação televisivos para a promoção e divulgação do trabalho de arquivo no Estado de Goiás.
- Criação de um fórum on-line de discussão permanente no site da AAG e nas redes sociais, a fim de debater pautas emergentes e tirar dúvidas conceituais ou

práticas.

- Disponibilização de publicações técnico-práticas, que abordem temas de importância para fomentar o fazer arquivístico.
- Realização, a cada dois anos, do Encontro sobre Arquivos de Goiás. Esses encontros devem possibilitar a exposição do fazer arquivístico em instituições do Estado e municípios para sensibilizar a sociedade e dar visibilidade ao trabalho realizado.
- Sensibilização da população, por meio de campanhas publicitárias, sobre a importância dos arquivos como fonte de memória.
- Encaminhamento desta Carta às instituições federais de ensino superior e associações profissionais, dentro e fora do Estado, como sugestão de promoção de eventos similares, bem como a implementação imediata de políticas arquivísticas.

VI- MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E TRATAMENTO DOS ACERVOS

O profissional de arquivo precisa de condições adequadas para realizar o correto tratamento aos acervos e garantir a sua preservação:

- O Estado e os municípios devem criar as condições de tratamento e armazenamento dos documentos públicos e privados, de interesse público ou social, e que os mesmos sejam mantidos em poder das instituições públicas.
- O Estado e os municípios devem investir em segurança e preservação de acervos, garantindo melhoria das condições ambientais e físicas de armazenamento, acondicionamento e higienização dos documentos.
- O Estado e os municípios devem garantir a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e a higienização constante do ambiente e dos mobiliários para assegurar a qualidade de trabalho e a saúde dos servidores.

→ O Estado e os municípios devem garantir o adicional de insalubridade aos profissionais que trabalham em arquivo.

VII- AÇÕES ESPECÍFICAS

Recomendações e demandas emanadas do Encontro por anseio de profissionais que se relacionam com acervos de interesse social:

- Que a documentação referente ao desastre radioativo com o Césio 137 em Goiânia, em 1987, seja localizada nos diferentes arquivos públicos do Estado para posterior organização, digitalização e acesso.
- Que o Estado e o Município Cidade de Goiás, antiga Capital, invistam na reforma do Gabinete Literário para garantir a preservação de sua documentação.
- Que o Poder Judiciário contrate arquivistas, pelo menos um para cada região do Estado, e profissionais para a organização de arquivos de fóruns das comarcas do interior.